**A PRIVATIZAÇÃO EM MARCHA: A CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR E SUA ARTICULAÇÃO COM A CONTRARREFORMA DO ESTADO.**

**Autor**: Agercicleiton Coelho Guerra

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará, e-mail: ageguerra@gmail.com

**Coautora**: Marcela Figueira Ferreira

Professora da Prefeitura Municipal de Fortaleza e Mestranda pelo programa de pós-graduação em Educação Brasileira na Universidade Federal do Ceará, e-mail: marcelaferreira8@gmail.com.

**RESUMO:** A partir das diversas mudanças ocorridas nos países centrais, causadas pela crise do capitalismo, reestruturação produtiva, da mundialização do capital que consiste na mundialização das operações do capital, tanto industriais como financeiras, que só foi possível devido ao acúmulo de capital no período de hegemonia fordista (CHESNAIS, 1995), o Brasil também passou por ajustes em sua política econômica e social. Como metodologia utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental referente ao senso do ensino superior nos últimos anos. Pretendemos, neste trabalho, demonstrar como a contrarreforma do ensino superior está em sintonia com o movimento de contrarreforma do Estado brasileiro, iniciado nos anos de 1990 e em curso até hoje e quais os elementos que constituem a contrarreforma do ensino superior, materializados em programas, documentos oficiais e aparatos legais. Concluímos esse trabalho advogando que no atual cenário de contrarreforma, o modelo alemão humboldtiano, centrado no ensino, pesquisa e extensão, vem sendo deixado de lado em troca das graduações em curtos períodos, oferecidas a qualquer custo ou até mesmo à distância, com padrões questionáveis de ensino. As IES privadas tornaram-se verdadeiros escolões, nos quais é dada a importância máxima ao lucro e deixando a desejar em relação aos conhecimentos científicos úteis a toda sociedade.

**Palavras-chave:** capitalismo. ensino superior. contrarreforma.

**INTRODUÇÃO**

A partir das diversas mudanças ocorridas nos países centrais, causadas pela crise do capitalismo, reestruturação produtiva, da mundialização do capital que consiste na mundialização das operações do capital, tanto industriais como financeiras, que só foi possível devido ao acúmulo de capital no período de hegemonia fordista (CHESNAIS, 1995), dentre outros, o Brasil também passou por ajustes em sua política econômica e social implantadas, inicialmente, pelo governo Fernando Collor de Melo e dada a sua continuidade nos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Estimulados pelos organismos multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), os Estados Nacionais precisavam estar com orçamentos equilibrados e com estabilidade interna da moeda (COSTA, 2000). Com efeito, a tarefa de reformar os Estados é repassada aos países periféricos para que possam se ajustar ao “novo” cenário de liberalização de mercados.

Como destaca Costa (2000), o processo de liberalização do mercado é uma estratégia do grande capital, para que as regras de regulamentação, em âmbito mundial, sejam modificadas, favorecendo as grandes empresas multinacionais. A reforma dos Estados seria uma medida necessária para ajustá-los às necessidades prementes do capital de sair de sua crise estrutural.

O tema da Reforma do Estado ganhou espaço nos debates políticos e intelectuais durante a década de 1980. Os países que iniciaram as reformas liberais foram: Inglaterra, Estados Unidos, Nova Zelândia, Austrália e, ainda, vários outros países europeus como Alemanha e Itália. Na América Latina, Chile, México e Argentina foram os países que iniciaram as experiências de Reforma do Estado, ainda na década de 1980. Longe de ser um processo isento de contradições e de interesses, a Reforma do Estado, foi identificada por vários intelectuais, como uma luta deflagrada pela elite econômica dos países centrais, na busca de ampliar suas ações no mercado mundial, desregulamentando a legislação trabalhista, destruindo a estrutura sindical e pressionando os países periféricos à abrirem seus mercados (COSTA, 2000, p. 52 – 53).

Com a intensa mundialização do capital e a busca de novas formas de dinamizar as economias, foram sendo criados blocos econômicos como o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC) e Mercosul com a participação do Brasil, Argentina e Uruguai. A integração deu maior poder no comércio internacional e maior abertura de mercado para produtos de diferentes países (COSTA, 2000).

Pretendemos, neste artigo, demonstrar como a contrarreforma do ensino superior está em sintonia com o movimento de contrarreforma do Estado brasileiro, iniciado nos anos de 1990 e em curso até hoje e quais os elementos que constituem a contrarreforma do ensino superior, materializados em programas, documentos oficiais e aparatos legais.

Como metodologia optamos por utilizar a pesquisa bibliográfica, com objetivo de analisar o que os autores produziram sobre o modelo de Estado implantado nos governos de meados da década de 1990 e nos governos petistas a partir de 2003. Também utilizamos documentos oficiais com o senso do ensino superior para uma análise do seu crescimento nas esferas pública e privada.

**A contrarreforma do Estado e a privatização do Ensino Superior Brasileiro**

A “reforma” veio como forma de se contrapor ao Estado de Bem-Estar-Social, colocando o Estado sob o crivo do modelo gerencial. Os movimentos reformistas no Brasil foram iniciados pelo ex-presidente Collor de Melo de forma bem inicial, com pequenas privatizações como da Usiminas, Petroflex, Alcanorte, Fosfértil entre outras pequenas indústrias (CARINHATO, 2008).

Fernando Henrique Cardoso deu continuidade ao modelo de “reforma” estatal como forma de reestabelecer o crescimento e continuar a estabilização econômica. Criou o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), cujo ministro, Bresser Pereira, tinha como principal função o processo de reformulação do Estado (idem).

O governo de Fernando Henrique avaliou que o modelo de Estado desenvolvimentista tinha encontrado sua exaustão. Segundo FHC, para retomar o crescimento, era preciso que os excessos do Estado, que estavam localizados, principalmente, na área social, como saúde, educação, cultura e pesquisa científica, fossem retirados. Apesar das forças sociais realizarem um importante papel no recuo das propostas neoliberais, logo no seu primeiro mandato, não foi possível realizar uma forte contestação ao modelo que estava sendo aplicado, devido ao fato de FHC ter governado através de medidas provisórias, que contou com o consenso do Congresso Nacional, além do forte apoio da grande mídia, que discursava a favor das reformas constitucionais para garantir a estabilidade monetária e o controle do processo inflacionário (COSTA, 2000).

A educação superior e suas pesquisas a partir dessa perspectiva passa a receber um maior investimento por parte do setor privado, esse é o modelo de ensino superior tão apregoado por Friedman (1985). Como resultados dessas mediadas de caráter neoliberal observa-se na expansão abissal do ensino superior privado até hoje e com a adoção do Programa Universidade para Todos – Prouni, em formato de bolsas, operacionalizando-se, assim, o público não estatal.

As universidades públicas são ameaçadas a ficar numa permanente crise e o discurso neoliberal coloca que a instituição possui autonomia e que a mesma deve procurar seu financiamento. Com efeito, em 1994, criaram-se as fundações de apoio de direito privado para que, instaladas dentro das universidades públicas, pudessem receber subsídios privados, mediante a venda de cursos, pesquisas, projetos, entre outros.

Como forma de sobreviver ao novo modelo imposto, as universidades se veem obrigadas a produzir conhecimentos de interesse do mercado para que os mesmos as financiem, se adaptando ao mercado global.

Enquanto as universidades públicas se adaptam a esse novo modelo, as instituições privadas crescem de maneira rápida com recursos do governo federal, através de Programas que repassam dinheiro público para custeio de bolsas em universidade particulares, financiamento estudantil, financiamento para pesquisa, entre outros. Segundo Coggiola (2001), o governo FHC custeou mais de 60 mil empréstimos para mensalidades em universidades privadas.

O movimento privatista em torno do ensino superior brasileiro tem, portanto, uma estreita relação com a “reforma” do Estado, que demandará novos contornos formativos e estruturais nas universidades, constituindo marcos importantes na tarefa de reformar essas instituições.

A universidade pública também se tornou alvo de diversas formas de privatização. Diante da ofensiva neoliberal, a universidade não se privatizou na sua totalidade, mas de pequenas formas, que comprometeram os objetivos da instituição diante da sociedade, atendendo cada vez mais aos interesses do mercado.

Como aborda Minto (2006), de um lado, há um crescente beneficiamento das IES privadas e sua consequente expansão, de outro, há um processo de privatização interna nas IES públicas, principalmente, mediante a criação de pós-graduações pagas, nas quais os docentes das universidades públicas dão o *status* tão almejado para uma maior procura dos cursos e, assim, maior rentabilidade, por meio das fundações de apoio, que passam a ser o veículo legal para que investimentos privados adentrem nessas instituições públicas. Atualmente, as fundações de apoio estão presentes em diversas IES estaduais e federais, como bem destaca a Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (2004).

[...]a auto-definição das fundações privadas “de apoio” como entidades “sem fins lucrativos” escamoteia a vocação e as práticas empresariais da maior parte delas, organizadas que são com o propósito de realizar negócios — assessoria, consultoria, projetos, cursos pagos — que propiciem remuneração adicional aos docentes que nelas atuam. Note-se que sua condição jurídico-formal de entidades “incumbidas estatutariamente de pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional”, e “sem fins lucrativos”, concede-lhes privilégios como isenção fiscal (letra “c”, do inciso VI, do artigo 150 da Constituição Federal; e MP 1858-6 para o caso da Cofins) e dispensa de licitação por parte do poder público (2004 p.08).

Tais fundações na USP contribuem com menos de 2% do Orçamento anual da universidade, como também as maiores fundações repassam menos de 5% da receita arrecadada anualmente. Outro problema constatado é que os cursos pagos realizados por tais fundações tornaram-se uma indústria para arrecadação de dinheiro, ferindo os artigos 206 e 208 da Constituição Federal no qual garantem a gratuidade do ensino nos estabelecimentos oficiais, além de quebrar a isonomia salarial e não se ter um controle das fundações nem das atividades dos docentes que pertencem ao regime de trabalho integral (ADUSP, 2004).

Sguissardi (2002) traz outros dados sobre as fundações de apoio, mostrando claramente que essa forma de privatização se expandiu por todo o Brasil

Um dado a observar, em relação às fundações criadas no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) é que do inicio dos anos 70 a 1995 - 25 anos- criaram-se 42 fundações para um total de cerca de 50 IFES. De 1995 a 2001 esse número saltou para 95, num crescimento médio anual de 10 novas fundações. Algumas IFES não possuiriam fundações, 22 possuem uma única e algumas UFMG e UFBa, por exemplo, possuem seis cada (2002, p. 85).

Como observado pelo autor, há um claro aumento das fundações a partir da adoção de um Estado mínimo pelo governo, seguindo as deliberações do Consenso de Washington e das propostas contidas no Plano Diretor da Reforma do Estado (IDEM).

Reforçamos, portanto, que o processo de privatização do ensino superior foi duplo: por um lado houve uma intencionalidade na crise das universidades públicas e; no outro, aconteceu um incentivo para que as universidades e faculdades particulares se expandissem com recurso público.

Conforme Sguissardi (2002), no período de 18 anos, entre 1980 e 1998, o número de instituições públicas federais permaneceu praticamente o mesmo. Já as instituições privadas passaram de 764 para 2.016 em menos de dez anos. Mas, se considerarmos os dados de 2008, constatamos um enorme crescimento das instituições privadas, alcançando 89,5% das IES no Brasil, sendo que, no mesmo ano, apenas 10,5% das IES eram públicas, como podemos observar na tabela. Essa evolução é ainda mais significativa, se considerarmos o período de 1995 a 2014, conforme demonstra a tabela a seguir.

**Tabela 2 - Evolução do Número de Instituições de Educação Superior por Categoria Administrativa – Brasil – 1995-2014**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano | Total de IES | Pública | | Privada | |
| Total | % | Total | % |
| 1995 | 894 | 210 | 23,5 | 684 | 76,5 |
| 1996 | 922 | 211 | 22,9 | 711 | 77,1 |
| 1997 | 900 | 211 | 23,4 | 689 | 76,6 |
| 1998 | 973 | 209 | 21,5 | 764 | 78,5 |
| 1999 | 1.097 | 192 | 17,5 | 905 | 82,5 |
| 2000 | 1.180 | 176 | 14,9 | 1.004 | 85,1 |
| 2001 | 1.391 | 183 | 13,2 | 1.208 | 86,8 |
| 2002 | 1.637 | 195 | 11,9 | 1.442 | 88,1 |
| 2003 | 1.859 | 207 | 11,1 | 1.652 | 88,9 |
| 2004 | 2.013 | 224 | 11,1 | 1.789 | 88,9 |
| 2005 | 2.165 | 231 | 10,7 | 1.934 | 89,3 |
| 2006 | 2.270 | 248 | 10,9 | 2.022 | 89,1 |
| 2007 | 2.281 | 249 | 10,9 | 2.032 | 89,1 |
| 2008 | 2.252 | 236 | 10,5 | 2.016 | 89,5 |
| 2009 | 2.314 | 245 | 10,6 | 2.069 | 89,4 |
| 2010 | 2.378 | 278 | 11,7 | 2.100 | 88,3 |
| 2011 | 2.365 | 284 | 12 | 2.081 | 87,9 |
| 2012 | 2.416 | 304 | 12,5 | 2.112 | 87,4 |
| 2013 | 2.391 | 301 | 12,5 | 2.090 | 87,4 |
| 2014 | 2.368 | 298 | 12,6 | 2.069 | 87,4 |

Fonte: INEP

Apesar do crescimento do número de instituições públicas, depois de um grande período de estagnação, o setor público ainda representa uma pequena parcela frente ao setor privado, que vem em crescimento desde 1998 até 2010. O crescimento não se dá apenas no número de instituições, mas também no número de matrículas, conforme a tabela 2.

**Tabela 3 - Evolução do Número de Matrículas por Categoria Administrativa – Brasil – 1995-2014**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano | Total de IES | Pública | | Privada | |
| Total | % | Total | % |
| 1995 | 1.759.703 | 700.540 | 39,8 | 1.059.163 | 60,2 |
| 1996 | 1.868.529 | 735.427 | 39,4 | 1.133.102 | 60,6 |
| 1997 | 1.945.615 | 759.182 | 39,0 | 1.186.433 | 61,0 |
| 1998 | 2.125.958 | 804.729 | 37,9 | 1.321.229 | 62,1 |
| 1999 | 2.369.945 | 832.022 | 35,1 | 1.537.923 | 64,9 |
| 2000 | 2.694.245 | 887.026 | 32,9 | 1.807.219 | 67,1 |
| 2001 | 3.036.113 | 944.584 | 31,1 | 2.091.529 | 68,9 |
| 2002 | 3.520.627 | 1.085.977 | 30,8 | 2.434.650 | 69,2 |
| 2003 | 3.936.933 | 1.176.174 | 29,9 | 2.760.759 | 70,1 |
| 2004 | 4.223.344 | 1.214.317 | 28,8 | 3.009.027 | 71,2 |
| 2005 | 4.567.798 | 1.246.704 | 27,3 | 3.321.094 | 72,7 |
| 2006 | 4.883.852 | 1.251.365 | 25,6 | 3.632.487 | 74,4 |
| 2007 | 5.250.147 | 1.335.177 | 25,4 | 3.914.970 | 74,6 |
| 2008 | 5.808.017 | 1.552.953 | 26,7 | 4.255.064 | 73,3 |
| 2009 | 5.924.021 | 1.523.953 | 25,6 | 4.430.157 | 74,4 |
| 2010 | 6.379.299 | 1.643.298 | 25,6 | 4.430.157 | 74,2 |
| 2011 | 6.765.540 | 1.880.820 | 27,8 | 4.884.719 | 72,2 |
| 2012 | 7.058.084 | 1.897.376 | 26,8 | 5.140.132 | 72,8 |
| 2013 | 7.322.964 | 1.932.527 | 26,3 | 5.373.450 | 73,3 |
| 2014 | 7.828.013 | 1.961.002 | 25 | 5.867.011 | 74,9 |

Fonte: INEP

Lima (2009) ressalta que as metas do REUNI não são características novas apresentadas como proposta para o ensino superior, pois as medidas impostas pelo REUNI seguem a cartilha de reformas elaboradas pelo Banco Mundial para os países subdesenvolvidos.

A adesão ao REUNI expressa uma política de precarização e quebra do modelo de universidade centrada no ensino, pesquisa e extensão. O aumento progressivo de alunos até atingir o número 18 alunos por professor e a criação de novos currículos com base em uma formação aligeirada torna evidentes dois tipos de precarização, a do trabalho docente e formação profissional. Como aborda Lima (2009), a universidade se tornou uma universidade com foco no ensino pragmático cada vez mais submetida à lógica do mercado.

O Programa Universidade para Todos – PROUNI é uma manifestação clara de como os governos brasileiros operam no alargamento dos ganhos dos empresários do ensino superior, mediante a renúncia fiscal do Estado. O PROUNI foi instituído pela Medida Provisória n° 213 do Governo de Luis Inácio da Silva (Lula) e regulamentado pela Lei n° 11.096/05. Consiste na concessão de bolsas de estudos parciais ou integrais para estudantes que tenham cursado o ensino médio todo em escolas públicas ou em escolas privadas na condição de bolsista integral para cursar a graduação em IES privada. Como forma de contrapartida, o governo oferece isenção de impostos às IES privadas que aderirem ao PROUNI (CARVALHO, 2006 *apud* MACHADO e ROCHA, 2011 p. 384).

Um dos problemas do Programa consiste no fato de que não há para todos os bolsistas subsídios financeiros extras para que os estudantes possam se manter nos cursos. Para se obter a bolsa integral, a renda familiar do estudante deve ser de no máximo um salário mínimo e meio. Com uma renda de tão baixo valor, torna-se extremamente complicado manter um estudante em uma IES privada tendo que arcar com material didático, alimentação, deslocamento e outras despesas não previstas no Programa. Posteriormente à sua implementação, a Medida Provisória N° 251, de 14 de junho de 2005, autoriza a concessão de bolsa-permanência no valor de R$ 300,00 mensais, mas somente para estudantes matriculados em cursos integrais. Tal medida beneficia parte dos alunos, mas deixa uma lacuna em relação aos outros estudantes, que também possuem despesas mesmo em cursos que sejam em períodos parciais. A iniciativa mostra-se importante, mas é insuficiente para atender a todos os estudantes que buscam realizar suas graduações nessas instituições. (MACHADO E ROCHA, 2011).

É importante ressaltar que os mesmos grupos que fazem parte do setor privado, também mantêm escolas de ensino médio, nas quais, muitos dos alunos reprovados para as IES públicas são aceitos no setor privado com fácil aprovação ou sem qualquer processo seletivo (idem).

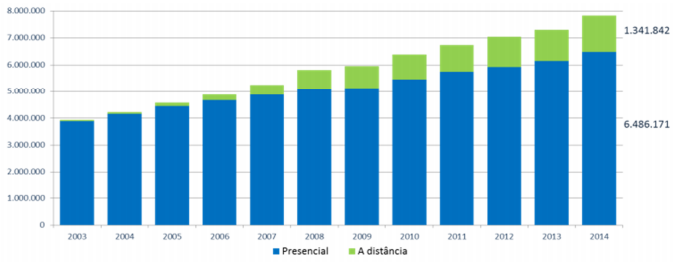
Segundo Machado e Rocha (2011)

O discurso que apregoa haver vagas ociosas na rede privada foi utilizado pelo governo na criação do PROUNI. Segundo este, além de vagas não serem ocupadas, as IES privadas ainda têm que administrar altas taxas de inadimplência e evasão. O negócio da educação superior, portanto, recebe ajuda direta do Estado, que, como favorecedor das iniciativas mercantis, passa a subsidiar parte desse negócio, por meio do PROUNI.

Como resultado da política do PROUNI, as IES privadas no Brasil crescem. No Ceará, em 2009, existiam 55 IES, sendo 41 faculdades, 5 universidades, 8 institutos superiores e 1 centro tecnológico, a maioria delas pertencem ao setor privado. De acordo com o Censo de 2014, no Brasil, existem 2.000 Instituições privadas e 301 Públicas, em comparação ao ano de 2012, houve um crescimento de 3,8%. As IES privadas têm 71,4% das matrículas na graduação e as IES públicas 28,6% de alunos matriculados (BRASIL, 2014).

Outra forma de elevar os números de expansão no ensino superior foi com a expansão da Educação à Distância (EAD). Em 2005, foi criada a Universidade Aberta do Brasil pelo Ministério da Educação, em parceria com a ANDIFES e empresas estatais. A partir dessa iniciativa, houve uma expansão nos números de matrículas no ensino superior a distância conforme o gráfico abaixo:

**Gráfico 2 - Número de matrículas em cursos de graduação, por modalidade de ensino Brasil – 2003-2014**



Fonte: INEP

No período de 2013 a 2014, essa modalidade de ensino apresentou a taxa de crescimento de 17,8%, o que representa 1.341.842 matrículas em cursos de graduação, a rede privada concentra 89,6% dessas matrículas.

Outro programa de incentivo à expansão das IES privadas foi o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), instituído através da lei 10.260, de 12 de julho de 2001 (BRASIL, 2001), o qual concede ao estudante cursar uma graduação, mestrado ou doutorado em uma IES privada e somente pagando o curso após ter se formado.

**Considerações Finais**

Diante de programas como o FIES e o PROUNI, fica claro que o modelo de ensino superior vem sendo alterado com a participação do setor privado. A continuidade do FIES está claro na meta 12 do PNE, na qual propõe-se expandir o FIES e progressivamente dispensar a obrigatoriedade de um fiador. Dados do relatório de gestão do FIES comprovam que o Programa está em contínuo crescimento, em 1999 o programa atendia a 67.202 estudantes, em 2000 houve um acréscimo de 35.299, totalizando 102.501 estudantes beneficiados. Nos últimos anos, o programa continuou em crescimento.

Em 2011, cerca de 153 mil novos estudantes foram beneficiados, representando um crescimento de 102% em contratações quando comparado a 2010. No ano seguinte, o crescimento chegou a 140% com relação a 2011. Em 2013, o Fundo propiciou acesso a mais de 557 mil estudantes e em 2014, houve cerca 732.243 alunos beneficiados para os cursos de graduação em instituições de educação superior pertencentes a 1.290 entidades mantenedoras com adesão ao Fies (BRASIL, 2016).

No atual cenário de contrarreforma, o modelo alemão humboldtiano, centrado no ensino, pesquisa e extensão, vem sendo deixado de lado em troca das graduações em curtos períodos, oferecidas a qualquer custo ou até mesmo à distância, com padrões questionáveis de ensino. As IES privadas tornaram-se verdadeiros escolões, nos quais, é dada a importância máxima ao lucro e deixando a desejar em relação aos conhecimentos científicos úteis a toda sociedade.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo Neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. **Ensino superior registra mais 7,3 milhões de estudantes**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/09/ensino-superior-registra-mais-de-7-3-milhoes-de-estudantes>. Acesso em: 03 jan. 2016.

CARINHATO, PEDRO HENRIQUE. **Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil**. Revista Aurora, v. 2, n. 1, 2011.

**Censo da educação superior 2014: resumo técnico**. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016.

**COMO E POR QUÊ AS FUNDAÇÕES PRIVADAS “DE APOIO” ESTÃO DESTRUINDO O CARÁTER PÚBLICO E GRATUITO DA USP**. São Paulo: Adusp, v. 1, maio 2004. Disponível em: <http://www.adusp.org.br/index.php/cadernos>. Acesso em: 18 out. 2015.

COSTA, Lúcia Cortes da. **O governo FHC e a reforma do Estado Brasileiro**. Pesquisa & Debate, São Paulo, v. 11, n. 1, p.49-79, 2000. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11922.>. Acesso em: 25 out. 2015.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma da educação nas universidades federais: o REUNI na UFF**. Universidade e Sociedade, Brasília, nº 44, p.147-157, jul. 2009.

MACHADO e ROCHA, Antonia Rozimar. **PROUNI e a Expansão do Ensino Superior Privado: a Política Pseudodemocratizante de Acesso ao Ensino Superior do Governo Lula**. In: MENEZES, Ana Maria Dorta de; BEZERRA, José Eudes Baima; SOUSA JUNIOR, Justino de et al (Org.). TRABALHO, EDUCAÇÃO, ESTADO E A CRÍTICA MARXISTA. 3. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 379-397.

MINTO, Lalo Watanabe. **A educação superior na particularidade do capitalismo brasileiro: sentido histórico e questões para os movimentos sociais**. SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, v. 9, 2012.

SGUISSARDI, Valdemar. **Fundações Privadas na Universidade Pública - a quem interessam?.** Avaliação, Campinas, v. 7, n. 4, p.43-72, dez. 2002.